

NOTA PÚBLICA

A norma constitucional que estabelece a maioria penal aos 18 anos de idade é uma cláusula pétrea (art. 60, par. 4º, inc. IV c/c art. 228 CR/88) e, como tal, não pode sofrer qualquer alteração. Em se tratando de matéria interdita ao debate, por opção política e deliberação expressa dos pais fundadores da República, não faz sentido submetê-la à consulta popular. Haver o Governo cogitado lançar-se contra essa garantia, ainda que a pretexto de ampliar o diálogo com a sociedade, significou violação expressa da Constituição de 88. De um governo comprometido com o campo popular e democrático esperam-se a formulação e execução de políticas públicas capazes de transformar a vida de jovens em conflito com a lei; não promover a incidência prematura do poder punitivo, antecipando os efeitos perversos da criminalização e do encarceramento.

Instituto Carioca de Criminologia – ICC

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM

Sociedade dos Advogados Criminais do Estado do Rio de Janeiro – SACERJ

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA Rio de Janeiro

Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente –
ANCED Brasil

Associação Brasileira dos Advogados do Povo Gabriel Pimenta – ABRAPO

Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos – CEBRASPO

Escola de Formação Alessandro Baratta – EFAB

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA Interlagos (SP)

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA Bahia

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA Ceará

Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC)

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA Limeira (SP)

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA Emaús (PA)

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA Ermínio Circosta (SP)

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA PROAME (RS)